

Criação da cidade Itapuã, prometida pelo governador Joaquim Roriz, fere as recomendações da Unesco. Técnicos dizem que o novo assentamento traria danos imprevisíveis ao meio ambiente

128

Risco ao tombamento

Tarciano Ricarto
Da equipe do **Correio**

Gilberto Camargos / Divulgação



VISTA AÉREA DO ITAPUÃ, ONDE 20 MIL PESSOAS OCUPAM ÁREA ENTRE DUAS RESERVAS ECOLÓGICAS. AO FUNDO, O PARANOÁ

A idéia do governador Joaquim Roriz (PMDB) de transformar a invasão do Itapuã em cidade legalizada afronta recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), feita em dezembro do ano passado. A criação de um novo adensamento urbano sem planejamento, anunciada por Roriz na última sexta-feira, poria em risco não só o meio ambiente do Distrito Federal, mas toda a área tombamento de Brasília, considerada Patrimônio Mundial pela Unesco desde 1987.

Relatório elaborado por dois especialistas das Nações Unidas que visitaram Brasília em 2001 aponta, em destaque, que o crescimento demográfico ao redor da área tombada da cidade é um risco à sua preservação. O documento recomenda que o governo estude cuidadosamente a criação de novas áreas urbanas para "evitar perturbações nos valores funcionais, espaciais, paisagísticos e estéticos do Plano Piloto."

"Nenhum estudo anterior feito no DF definiu como diretriz a ocupação de natureza urbana para aquela área do Itapuã", garante o professor Benny Schasberg, do mestrado de planejamento urbano, da Universidade

de Brasília (UnB). Para Benny, a criação de uma cidade não se restringe a uma decisão política, mas deve se basear, antes de qualquer coisa, em informações técnicas. "Existe a necessidade de vários estudos para verificar a situação ambiental, a viária, a capacidade de esgotamento, de drenagem e de

abastecimento", explica.

Joaquim Roriz, em seu discurso da sexta-feira, desconsiderou todos esses cuidados. Prometeu fazer esgoto, rede de água e dotar a invasão de serviços públicos de saúde e educação. "Eu tinha dito que eu não fundava mais cidade. Eu tinha dito antes. E eu fundei oito cidades e botei infra-estru-

tura em todas. Mas eu vou fazer mais uma. Não nego isso mais. O jornal pode publicar. Pode publicar que eu vou fazer a cidade chamada Itapuã", prometeu Roriz, candidato à reeleição.

Os técnicos da Unesco que estiveram em Brasília no ano passado temem que a falta de estudo para criar adensamentos

urbanos fora da área tombada acabe provocando uma pressão negativa dentro dela. Isso porque novas cidades geram mais demanda por emprego, lazer, transporte, saúde e educação. Demandas que, fatalmente, serão deslocadas para Brasília caso não sejam atendidas nos locais onde foram geradas. Afora as questões urbanísticas que podem afetar Brasília, a criação da cidade Itapuã também assusta por outros motivos.

Sem estudos prévios, os danos ao meio ambiente serão imprevisíveis. A arquiteta Tânia Battella, da Comissão de Políticas Urbanas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/DF), prevê que uma cidade na região do Itapuã, localizado entre o Paranoá e Sobradinho, será um risco aos recursos hídricos do local. O Itapuã está cravado bem na divisa de duas áreas de preservação ambiental: a do Rio São Bartolomeu e do Lago Paranoá.

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT), em seu artigo 14, determina que "as zonas urbanas incidentes sobre a bacia do Paranoá só poderão ocorrer a partir de um planejamento global". Já a bacia do São Bartolomeu é protegida pela Lei Complementar 1.149, de 1996, que define o uso daquela área a partir de critérios técnicos. "Se a cidade for feita, o governo estará ferindo a lei", diz Battella.